

Brizola e Jango no Exílio e a luta pela anistia

CARLA SIMONE RODEGHERO¹

Este texto explora diferentes situações de aproximação entre militantes do núcleo gaúcho do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e duas lideranças trabalhistas exiladas, Leonel Brizola e João Goulart. Pretende mostrar que as expectativas a respeito da volta destes líderes serviram como elemento aglutinador na luta pela anistia. O texto gira em torno de quatro momentos da atuação do MFPA entre 1975 e 1979 e é parte de uma pesquisa mais ampla sobre a luta pela anistia, publicada no livro *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*, que escrevi em co-autoria com Gabriel Dienstmann e Tatiana Trindade.

I – As irmãs de Jango e de Brizola

Entre as primeiras ações do núcleo do Rio Grande do Sul, criado por um grupo de mulheres em junho de 1975 em Porto Alegre, estiveram a coleta de assinaturas para um Manifesto a ser enviado à presidência da República e a realização de contatos com políticos e autoridades. Vamos comentar a tentativa de obter apoio do Cardeal Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre.

Quatro dias após a fundação do MFPA, o Cardeal recebeu 10 representantes do Movimento, que se apresentava como cristão e apartidário. Na ocasião, as mulheres lideradas por Lícia Peres e Mila Cauduro (presidente e vice do núcleo gaúcho) relataram que o Movimento em nível nacional havia sido criado a partir do pronunciamento feito por Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, um pouco antes da Páscoa, que pedia anistia generosa para os presos políticos (*Zero Hora*, 24.06.1975 e *Folha da Manhã*, 25.06.1975.). Elas também mencionaram as palavras do Papa Paulo VI, que havia feito um apelo ao posicionamento cristão pela justiça e pela liberdade naquele

¹ UFRGS, Doutora em História.

Ano Santo de 1975. Depois desta introdução que colocava a iniciativa num campo que seria aceito pelo arcebispo, as mulheres solicitaram a celebração de uma missa pela pacificação da família brasileira. Dom Vicente Scherer, no entanto, não deu o apoio esperado. O Cardeal disse que precisava analisar o Manifesto e as consequências de sua participação em uma atividade de caráter político. Disse, também, que era preciso ter mais clareza sobre como caracterizar os presos políticos, distinguindo aqueles que estavam presos “por não concordar[em] com um determinado sistema daqueles que estariam implicados pelo Código Penal”.

Acabada a reunião, segundo reportagem da *Folha da Manhã*, de Porto Alegre, desenrolou-se uma cena reveladora do perfil das militantes envolvidas na primeira fase da luta pela anistia no Rio Grande do Sul. Quando D. Vicente se levantou, num gesto de despedida,

“quatro senhoras de meia-idade e bem vestidas se aproximaram do Cardeal:

– Estamos aqui por causa do nosso irmão.

– Gostaria de abraçar o Jango aqui, disse o Cardeal.

– O senhor abraçará todos um dia, respondeu uma das irmãs do ex-presidente.

Quando D. Vicente reconheceu Francisca Rotta Brizola, perguntou:

– E ele, como está?

– Bem de saúde e com saudade dos amigos, respondeu a irmã do ex-governador.”

Ao reproduzir este diálogo, a reportagem revelou uma importante faceta do movimento que estava surgindo: a presença de mulheres que tinham relações familiares com lideranças políticas exiladas, como era o caso de Leonel Brizola e de João Goulart. Quatro irmãs de Jango estavam presentes: Maria Goulart Macedo, Iolanda Goulart, Maria Goulart Dornelles e Cila Goulart de Moura Valle (*Hoje*, 25.06.1975). Mila Cauduro, por sua vez, tinha laços de compadrio com Brizola. Outras participantes tinham proximidade com o trabalhismo. Era o caso de Lícia Peres, cujo marido fizera parte, até outubro de 1965, do Movimento Trabalhista Renovado, o MTR.

O relato deste momento de informalidade mostra que o propósito de unir e de pacificar a família brasileira, que aparece com frequência nos escritos do Movimento, não era apenas elemento de retórica. Eram familiares de exilados que lutavam para que sua própria família pudesse se re-compor. Os registros sobre este encontro do MFPA

com o Cardeal revelam que entre os objetivos da anistia aparecia prioritariamente a volta dos exilados, meta que, em alguns momentos, se aproximava da anistia aos políticos com mandatos cassados. O debate sobre a situação dos presos políticos, dos funcionários civis e militares expurgados e, ainda, a averiguação dos casos de mortos e desaparecidos só apareceriam um pouco mais tarde nas campanhas pela anistia, especialmente após a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia, os CBAs, em 1978.

Falemos mais sobre a questão dos exilados. Sabe-se que, por conta das perseguições que se seguiram ao golpe de 1964, muitos dos alvos da “primeira operação limpeza” tiveram como “opção” retirar-se do país. Neste período inicial da ditadura, uma primeira geração de exilados buscou asilo no Uruguai (ROLLEMBERG, 2004). Era formada por pessoas ligadas ao governo deposto, geralmente homens – e suas famílias – que tinham uma relação mais institucional e profissional com a política: membros do Executivo federal, políticos e técnicos ligados ao grupo mais radical do PTB, militares nacionalistas, lideranças sindicais com a mesma orientação. A opção de João Goulart e, dias depois, de Leonel Brizola pelo Uruguai certamente contribuiu para que um numeroso grupo buscasse segurança no vizinho país, ao lado das suas lideranças políticas.

Além da proximidade geográfica do Uruguai em relação ao sul do Brasil e do desejo de manter contato com os líderes trabalhistas, a opção de lá exilar-se estava ligada às liberdades democráticas em vigor naquele país, à facilidade de acesso a ele, à proximidade cultural, à simpatia que parte da população uruguaia e que algumas organizações políticas de esquerda nutriam pela causa dos brasileiros (MARQUES, 2006). Estes “fatores de atração”, segundo Tereza Marques, podem ter sido mais significativos para os gaúchos do que para os perseguidos de outros Estados brasileiros. Certas práticas culturais comuns como o chimarrão e o churrasco, além do clima semelhante, podem ter tornado quase natural a escolha pelo Uruguai. A isso se somava a possibilidade de ter acesso a jornais brasileiros e de sintonizar rádios gaúchas. Mais adiante, ainda segundo Rollemberg, teve início uma segunda fase do exílio, quando Uruguai, Argentina e Chile já viviam em regimes ditatoriais, fazendo com que os brasileiros buscassem asilo em outros lugares, como países da Europa e da África. O perfil deste grupo de exilados também será diferente. Depois dos “veteranos” que

partiram para o exílio a partir de 1964, formou-se uma nova geração, mais jovem e ligada à luta armada.

Segundo a autora, era bastante disseminada, na primeira fase, a crença de que o exílio seria curto. Curto e ativo, no sentido de que no exterior se desenvolveria a articulação para voltar ao Brasil e derrubar a ditadura (ROLLEMBEERG, 2004). Esta perspectiva foi muito forte especialmente entre aqueles exilados que tinham mais proximidade com Leonel Brizola do que com João Goulart. Já existe publicado um rico conjunto de depoimentos de pessoas que viveram esta experiência de exílio e também dos “pombos-correio”, aquelas pessoas que não tiveram que passar para a clandestinidade, que continuavam tendo seus documentos, seus empregos, seus endereços e que faziam a ponte entre o Uruguai e o Brasil, trazendo e levando informações da conjuntura brasileira e orientações para a resistência.²

Desde os primeiros tempos no exílio uruguaio, enquanto Brizola e os próximos a ele faziam planos de realizar alguma ação no Brasil, Jango assumiu uma postura diferente. Sua perspectiva era voltar ao país pelas vias legais. Por causa disso, procurou não violar qualquer norma uruguaia a respeito dos exilados e não se envolveu nas discussões e articulações centralizadas em Brizola. Segundo Ferreira e Gomes, o entendimento entre os dois políticos no exílio durou pouco tempo, pois “Brizola era partidário de um ataque direto ao governo, enquanto Jango defendia uma postura de maior prudência. O rompimento tornou-se inevitável e, durante 10 anos, os dois políticos não mais se falaram ou se encontraram”. (GOMES e FERREIRA, 2007: 229-230).

As histórias dos pombos-correio se desenrolaram especialmente nos anos após o golpe, quando ainda se alimentava a esperança de alguma forma de resistência ou de ataque dos que tinham se mantido fiéis ao governo deposto. Após a queda da tentativa de implantação do núcleo guerrilheiro de Caparaó, em 1967, a liderança de Brizola foi perdendo força entre os grupos que admitiam o recurso às armas para derrubar a ditadura. Outros líderes, como Carlos Marighella e Carlos Lamarca, e outras organizações como a ALN (Aliança Libertadora Nacional) e a VPR (Vanguarda Popular

²Sobre a experiência do exílio no Uruguai e sobre o contato com os exilados, ver NUNES, Jorge Fischer. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982; VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982; SILVA, José Wilson. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê, 1987; TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

Revolucionária) tomaram a frente das tentativas de implementar a luta armada nas cidades e nos campos (a guerrilha rural foi iniciada pelo PC do B, Partido Comunista do Brasil), no período que se seguiu à decretação do AI-5.

A entrada em cena de novas organizações de esquerda e o despontar de novas lideranças não significaram, no entanto, que o prestígio político de Brizola fosse apagado. Na segunda metade dos anos 1970, começaram a ganhar força as proposições em prol da restauração das liberdades democráticas e da volta ao estado de direito, no lugar daquelas propostas de derrubada violenta da ditadura (ARAÚJO, 2000). Leonel Brizola teve um papel importante nesta conjuntura, especialmente após sua saída do Uruguai e sua breve passagem pelos Estados Unidos. Radicado, posteriormente, em Portugal, buscou se aproximar de partidos e lideranças socialistas europeias e começou a articular a reorganização do seu PTB.

A expulsão do Uruguai se deu em setembro de 1977. Na ocasião, o MFPA gaúcho prestou solidariedade ao ex-governador, na pessoa da senhora Lygia de Azeredo Costa, que se deslocou até Montevideú, segundo consta na ata n. 6. (MFPA, 1977). Em reunião da Comissão Central, em dezembro de 1977, Lygia transmitiu “os agradecimentos do governador às companheiras do Movimento e a esperança que através deste movimento possa [em breve] retornar, com sua família, ao Brasil”.

Um indício de que Leonel Brizola, no exílio uruguaio, vinha mantendo contatos com as militantes do MFPA pode ser captado numa nota publicada no *Jornal do Comércio* de julho de 1976, que dá conta de visitas recebidas pelo ex-governador. Segundo a nota, “Glênio Peres e Lícia Peres foram ao Uruguai, sexta-feira, para conversar com o ex-governador Leonel Brizola. Primeiro foi a coordenadora do movimento pela anistia, Mila Cauduro. Depois, esteve com o Sr. Brizola, o ex-deputado Otávio Caruso da Rocha. Um dos dirigentes do MDB de Porto Alegre, João Carlos Guaragna, viajará dia 30 ao Uruguai.”

II – Os funerais de Jango

A postura de Jango de não se envolver nas articulações feitas em torno de Brizola não significou um completo isolamento do ex-presidente em relação ao grupo

de exilados, pois Goulart deu importante contribuição financeira para a manutenção de parte destas pessoas, conforme se vê na pesquisa de Tereza Marques. O ex-presidente contava com os recursos advindos de suas propriedades em São Borja e também dos negócios agropecuários que adquiriu no exílio. Com o golpe militar no Uruguai, Jango e a família passaram a sofrer ameaças e, em 1974, se mudaram para Buenos Aires. Temendo pela segurança dos dois filhos, Jango enviou o casal para Londres. O desejo de retornar ao Brasil sempre foi muito forte, a ponto do ex-presidente ter decidido voltar para casa à revelia das autoridades. Isso não chegou a acontecer, pois ele faleceu em seis de dezembro de 1976. Com dificuldade, a família conseguiu realizar seus funerais em São Borja, sua terra natal.

A presença do MFPA no velório de João Goulart é assim narrada na Ata n. 4 do movimento:

“Informou Mila Cauduro que a companheira Lygia de Azeredo Costa pusera seu carro particular à disposição dos membros da Comissão Central para que pudessem comparecer às exéquias do inesquecível presidente que, em São Borja, com aquiescência da senhora Maria Tereza Goulart e auxiliadas pela filha e nora do ex-presidente, colocaram sobre o esquife a faixa branca, com letras vermelhas formando a palavra anistia – faixa que o vereador Glênio Peres afixara em todos os comícios eleitorais nesta capital e em algumas cidades do interior”.³

Uma missa de 30º dia da morte de Jango foi rezada na Catedral Metropolitana de Porto Alegre, em seis de janeiro de 1977. Convites para a cerimônia foram mandados publicar, no *Correio do Povo*, pela família, pelos Diretórios Regional e Metropolitano do MDB e pelo MFPA. O convite do MFPA era dirigido às senhoras e à juventude rio-grandense, “em memória do ilustre Presidente João Goulart, morto longe da Pátria, em que tanto desejou viver.” Cerca de 800 pessoas se fizeram presentes à cerimônia celebrada pelo bispo auxiliar, D. Antônio Cheuiche. Na saída da catedral, cerca de 300 pessoas, segundo reportagem de *O Estado de São Paulo*, começaram a gritar: “Jango, anistia e liberdade”. Em resposta, 80 soldados da Brigada Militar providenciaram a repressão. Cassetetes foram usados para dispersar os manifestantes (*O Estado de São Paulo*, 07.01.77).⁴

³ Ata n. 4, Livro de Atas do MFPA, 10.12.76.

⁴ *O Estado de São Paulo*, 07.01.77.

Este fato foi narrado nas memórias de Terezinha Irigaray, que foi deputada estadual, eleita pelo MDB em 1966 e cassada em 1969 (IRIGARAY, s/d: 111).⁵ Ela conta que na saída da missa, a frente da Catedral

“realmente estava tomada com pelotões de soldados e seus instrumentos de ataque (...). Traziam cassetetes nas mãos cruzadas e batiam as botas com força nas calçadas. Era um ato de força. As pessoas se dispersaram rápido. Algumas caíam. Vi parlamentares, deputados federais sendo empurrados (...). Tropecei nervosa, dei uma caída na calçada (...). Lembro-me de ter sido a primeira vez que ouvia, gritada, saindo da multidão, a palavra “ANISTIA”.

Dias depois do ocorrido, o Diretório Regional do MDB mandou publicar uma nota oficial condenando a violência. Depois de mencionar a presença de duas mil pessoas, a nota caracterizava Jango como o “extraordinário brasileiro, que após ocupar o cargo maior da Nação, morreu no exílio, quando lhe incendiava a vontade de retornar à sua Pátria, aos seus amigos, à sua família”. Na nota assinada pelo deputado Carlos Giacomazzi, presidente em exercício da Executiva Regional, o conflito foi assim narrado: “encerrada a missa, o povo aglomerou-se pacificamente diante da Catedral, expressando abertamente os desejos de uma vida de liberdade, onde imperem a justiça e a integração, como fatores fundamentais para uma vida democrática”. O povo a quem a nota se refere seria formado por “pessoas da mais alta representatividade no mundo político”, de líderes trabalhistas e partidários, contando ainda com a presença de familiares de Goulart e de crianças, entre eles. A nota também denuncia que os ocupantes do Palácio Piratini teriam visto a agressão desde as sacadas e que nada teriam feito.

A manifestação do MDB foi saudada pelo MFPA que enviou um telegrama ao deputado Giacomazzi, aplaudindo “a nota de repúdio aos acontecimentos que macularam a emocionante manifestação pacífica de paz e amor diante da catedral após a realização da missa em memória do ilustre presidente João Goulart”.

O episódio da morte de Jango foi lembrando em mensagem que o MFPA divulgou por ocasião em 24 de agosto de 1977, em mais um aniversário da morte de Vargas. Pelo conteúdo da mensagem, vê-se que ela foi especialmente dirigida ao MDB. Ao mesmo tempo em que as signatárias lembraram o imortal presidente, “cujo instinto

⁵ IRIGARAY, Terezinha. *À sombra da revolução: estórias de um cotidiano*. Porto Alegre: Intermédio, p. 111.

de paz e grandeza – grandeza da pátria, pela grandeza do povo – é um evangelho para todos nós”, afirmavam que o clima não devia ser de revanchismo e de lamúria, mas sim de continuidade da luta e que a prioridade desta luta deveria ser a conquista da anistia. Esta ênfase está relacionada com a decisão do partido de investir na realização de uma Assembleia Constituinte:

“neste momento histórico em que o partido das oposições inicia a arrancada gloriosa para a conquista de uma nova Constituição, as mulheres – integrantes do Movimento pela Anistia do Rio Grande do Sul - desejam lembrar aos companheiros do MDB que a Constituinte deve ser precedida da anistia ampla aos punidos pelos atos de exceção”.

A anistia, assim, aparece como medida indispensável para a legitimidade de uma Constituinte. Sem a volta dos exilados – sem a volta de Brizola, especialmente – não se poderia discutir um novo ordenamento institucional para o país.

Um dos militantes envolvidos na luta da anistia entrevistado para esta pesquisa, Carlos De Ré, lembrou dos funerais de Jango e da missa de 30º dia realizada na Catedral de Porto Alegre.⁶ Carlos De Ré havia sido preso por fazer parte de uma organização de luta armada. Ao sair da cadeia, como outros companheiros, optou pela militância no Setor Jovem do MDB. Depois da reforma partidária, filiou-se ao PDT. De Ré contou que a morte de Jango coincidiu com um período em que ele vinha refletindo sobre a necessidade da formação de um partido de massas e percebendo que o trabalhismo se apresentava como uma alternativa política para tanto: “nós estamos exatamente no auge desta reflexão quando acontece a morte de Jango no exílio (...). Foi o primeiro ato de massa ‘porrada’ que eu vi, com a palavra progressista, que seria anistia. Foi uma coisa extremamente comovente, porque foi posta sobre o caixão do Jango a bandeira da anistia” (DE RÉ, 2008).

Especificamente sobre a missa em Porto Alegre, Carlos De Ré comentou que

“aquilo causou uma repressão!. O ato foi reprimido, na saída da missa, e a gente viu, pessoas anônimas e do povo - não só os militantes clássicos, nós de origem de classe média, pequeno-burguesa, que tiveram uma formação ou no [colégio] Júlio de Castilhos, ou no Colégio de Aplicação [da UFRGS] ou em alguma universidade – engajados numa proposta progressista de esquerda que era a anistia. Foi a primeira coisa que me marcou. Foi o que mais me

⁶ Entrevista concedida por Carlos De Ré.

marcou positivamente. Eu disse assim: ali está uma palavra de ordem, principalmente vinculada a um líder popular como foi o caso do Jango, que cala numa camada da população que não é só a classe média” (DE RÉ, 2008).

Sobre os funerais, o entrevistado lembrou que “fizeram um troço simbólico. E ele foi enterrado em São Borja, com a bandeira da anistia (...). O enterro deste cara em São Borja foi um troço completamente enlouquecedor. Eu vi coisas que me surpreendiam. Primeiro, a vila, aqueles gaúchos pobres, paupérrimos de vila, bateram em profusão no enterro dele.”

Temos, assim, a passagem de 1976 para 1977 marcada pela morte de um ex-presidente no exílio. A luta pela anistia, que o MFPA tentava levar adiante há quase dois anos, ganhava um alvo concreto e se mesclava a uma mobilização em torno do pesar pela morte de João Goulart. Que a bandeira da anistia tenha estado sobre o caixão foi um dos indícios dos laços que estavam sendo forjados entre um Movimento ainda restrito em sua capacidade de mobilização e um personagem em torno do qual havia décadas de história e de política. Daí a lógica de, mais tarde, as líderes do MFPA, lembrarem a morte de Jango quando do aniversário da morte de Vargas e, ainda, de chamarem este último para o campo daqueles que entendiam a importância de uma medida como a anistia.

III – As militantes da anistia e a proposta de reconstrução do PTB

Entre 15 e 17 de junho de 1979, diversas componentes do MFPA gaúcho participaram do Congresso de Lisboa, convocado por Leonel Brizola. Explorando este evento, poderemos ver outra situação de proximidade entre as militantes gaúchas da anistia e o trabalhismo, na pessoa de Brizola. A *Carta de Lisboa* propunha “a organização de um novo PTB” e assumia os seguintes compromissos: “reconduzir o País à normalidade democrática; levantar as bandeiras do trabalhismo para re-implantar a liberdade sindical e o direito de greve; reverter as diretrizes da política econômica”(VAINFAS, 2007: 492). O novo PTB deveria ser, segundo Sento-Sé, um partido de massas e não um representante da classe operária. Seria orientado para os trabalhadores, mas também para os desprivilegiados em geral (Idem, 493).

Bem antes das discussões do Congresso de Lisboa, há registros da decisão de Leonel Brizola de reconstruir o PTB logo que pudesse retornar ao Brasil. Na edição do *Coojournal* de novembro de 1977, pode-se ler uma entrevista concedida por Leonel Brizola a Afonso Ritter. (COOJORNAL, Nov. 1977). O ex-governador estava em Nova Iorque, para onde tinha ido após a expulsão do Uruguai. Perguntado se voltava ao Brasil, Brizola respondeu: “só se houver anistia ampla e sem restrições”. Voltaria para formar o novo PTB. Por que um novo PTB? “Porque um partido que queira atingir as massas tem que ter raízes históricas. E [tem que ser] novo, porque a realidade brasileira e mundial, naturalmente, mudou e exige revisões e atualizações”. O novo partido não deveria ser de elite e descolado das raízes locais. Segundo a reportagem, “não que Brizola seja contra a importação de siglas, como as que alguns estão pretendendo. Mas, sem raízes históricas locais, os partidos delas resultantes serão sempre de elite, mesmo que consigam reunir até mil estudantes ou intelectuais numa cidade”. Para reforçar a questão das raízes, Brizola retomou a importância política da carta-testamento de Getúlio Vargas.

Na ata da reunião de 28 de junho de 1979, da Comissão Central do MFPA foi registrado que Mila Cauduro ao participar do Congresso

“manifestou sua satisfação pelas homenagens recebidas, em Lisboa, durante o encontro do Partido Trabalhista, de parte dos exilados ali presentes, os quais ofereceram flores às representantes do MFPA no Rio Grande do Sul. Eram elas Mila Cauduro, Francisca Brizola Rotta e Lygia de Azeredo Costa.”

Vê-se, aqui, que o que mereceu registro foi mais a recepção às militantes do MFPA do que as discussões sobre a formação do novo partido. Na imagem abaixo, que faz parte do acervo do MFPA gaúcho, está captado um dos momentos do Congresso. Entre os participantes, podem ser identificados, num primeiro plano, Lygia de Azeredo Costa, Mila Cauduro e Francisca Brizola, componentes da Comissão Central do MFPA, e nas últimas mesas, João Vicente Goulart, filho de Jango, e Calino Pacheco, que fazia parte do Setor Jovem do MDB gaúcho. É possível, ainda, identificar que sobre a primeira mesa encontra-se um panfleto que havia sido elaborado pelo MFPA-RS em novembro de 1978.



Fonte: Acervo do MFPA – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

O propósito de contribuir com a reconstrução do Partido Trabalhista, que levou as mulheres do MFPA gaúcho a Lisboa, também pode ser sentido em falas de deputados na Assembleia Legislativa, algumas favoráveis à iniciativa, outras nem tanto. Em meados de 1979, alguns emedebistas usaram a tribuna para elogiar e exaltar fortemente o papel e a importância do MDB como articulador da oposição brasileira (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, discursos de Lélío Souza e de Gabriel Malmann, 18.06.79). Tal tema já era levantado no primeiro semestre de 1979, não apenas como um projeto do governo, mas como uma demanda de setores do MDB que não se consideravam devidamente contemplados dentro do partido. Foi o caso dos trabalhistas e do grupo que se identificava como socialista. Alguns deputados do MDB, ao falarem da anistia, defenderam a realização do Congresso de Lisboa e afirmaram que, com a anistia, o governo não iria conseguir seu objetivo de extinguir o MDB, pois a oposição estava unida sob o MDB e os exilados voltariam e reforçariam o partido

(ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, Discurso de Antenor Ferrari, 18.06.79).⁷ É sabido que não foi exatamente isto que aconteceu depois.

IV – Brizola e a aprovação da Lei da Anistia

Como vimos, a volta de Brizola e de Jango foi uma das mais fortes demandas do nascente movimento pela anistia. Nos funerais e homenagens póstumas a Jango foi reforçada a injustiça de um ex-presidente morrer no exterior e, ao mesmo tempo, o potencial de mobilização que teve esta morte numa luta pela anistia. Os esforços de rearticulação do PTB por Brizola, por sua vez, mostraram que para este político, a anistia seria um passo para uma atuação política ainda marcada pela tradição do período pré-golpe. Temos, assim, três situações que revelam entrelaçamentos entre a luta pela anistia e os líderes trabalhistas mencionados. Há, ainda, uma outra importante relação, agora especialmente entre Brizola e a luta pela anistia.

Mesmo depois que outras demandas passaram a ser abrigadas sob a bandeira de uma “anistia ampla, geral e irrestrita”, a grande imprensa brasileira continuou reforçando a associação entre anistia e volta dos exilados. Volta especialmente de um exilado: Leonel Brizola. Um indício claro desta postura de reforçar uma bandeira de luta e silenciar as demais pode ser vista na cobertura que a revista *Veja* deu às discussões em torno do projeto de anistia apresentado pelo governo Figueiredo em junho de 1979. Ao dar visibilidade à questão da volta de exilados – Brizola, Prestes e Arraes – o periódico silenciava sobre a atuação dos CBAs, sobre as greves de fome de presos políticos, sobre as demandas dos familiares de mortos e desaparecidos, sobre os descontentamentos de funcionários civis e militares quanto ao projeto. A edição posterior à aprovação da Lei de Anistia, em 29 de agosto, traz, na capa, uma foto de Leonel Brizola. Reforça-se, assim, a associação: anistia aprovada = volta de Brizola.

⁷ Discurso de Antenor Ferrari, 18.06.79.



Fonte: <http://veja.abril.com.br/busca/resultado-capas.shtml?Vyear=1979#>
(Acesso em 28 de fevereiro de 2011).

Esta volta foi motivo de comemoração e mobilização política de muitos, especialmente no Rio Grande do Sul. Entre os parlamentares gaúchos, entusiasmo e desconfiança sobre o papel que Brizola passaria, então, a ocupar na política brasileira.

A promessa de que o MDB iria continuar na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita e de que esta seria conquistada devido à vontade e à pressão do povo brasileiro marcou os discursos dos deputados na Assembleia Legislativa gaúcha, na semana seguinte à aprovação da Lei. Depois, de setembro até novembro, entre as questões que pautaram as discussões dos parlamentares, estava aquela da volta das lideranças do exílio, especialmente de Leonel Brizola. Os arenistas fizeram uma série de pronunciamentos criticando o líder trabalhista por “não ter amadurecido” e por ter “recomeçado a campanha de agitação concitando a balbúrdia” (ASSEMBLEIA

LEGISLATIVA DO RS, Discurso de Cícero Viana, 10.09.79). Algumas afirmações de Leonel Brizola foram utilizadas para fazer críticas ao MDB e demonstrar as instabilidades e divisões desse partido. A fala de Brizola mais repetida pelos arenistas foi a de que: “nos últimos 15 anos não houve oposição no País”. Outro pronunciamento atribuído a Brizola foi muito utilizado pelos arenistas para atacar o MDB. Ele teria dito que “o PTB está no ventre do MDB, nós vamos tirar o PTB do ventre do MDB” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, Discurso de Romeu Martinelli, setembro de 1979).

Mostrando que a provocação arenista tinha alguma base de realidade, a análise dos pronunciamentos na Assembleia mostra que as instabilidades e a divisão dentro do MDB se tornavam cada vez mais aparentes e crescentes durante o mês de setembro. Se, por exemplo, durante a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita, o papel “da oposição” era ressaltado, em setembro começou-se a falar mais “nas oposições”. Alguns deputados emedebistas se defenderam das acusações, assegurando que Brizola teria afirmado que não houve oposição pelo fato de que quem tentou fazê-la foi degolado, o que eles apelavam que fosse interpretado literalmente (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, Discurso de Porfírio Peixoto, 10.09.79). Enquanto isso, outros, na ocasião das comemorações pelo retorno de Brizola, proferiram discursos exaltando-o, enfatizando suas realizações como governador do Estado e destacando seu sofrimento por ter tido de se exilar e ficar longe da pátria, o que caracterizaram como um “sofrimento maior” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, Discurso de Cezar Schirmer, 06.09.79).

Com o início dos debates sobre o pluripartidarismo na Assembleia, uma parcela dos deputados emedebistas passou a acusar as intenções do governo de querer dividir a oposição e estabelecer um “monopartidarismo da situação e um pluripartidarismo da oposição”, denunciando que o regime teria dado ordens para que a Arena continuasse como um partido único do governo, sem divisão (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, Discursos de Cezar Schirmer, 06.09.79, e de Gabriel Mallmann, 07.09.79). Contudo, alguns deputados do MDB, sobretudo os alinhados ao trabalhismo, passaram a afirmar que o MDB não fazia uma oposição concreta ao sistema, que o partido se “encasmurra intransigentemente na manutenção de organismos ainda precários” e que abrigava setores com propostas excludentes (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, Discurso de Américo Copetti, 09.09.79).

Essa tensão perceptível entre os deputados do MDB ganha sentido quando relacionada com as já comentadas movimentações que existiam dentro do partido visando a criar uma estrutura partidária mais representativa das forças políticas abrigadas na legenda, indo até a proposta de formação de novos partidos, como o PT e o novo PTB, que depois acaba ficando com a sigla de PDT.

Considerações Finais

Nestes poucos parágrafos, procurou-se demonstrar que para o caso do núcleo gaúcho do Movimento Feminino pela Anistia, em sua atuação entre 1975 e 1979, foram intensas as relações com João Goulart e Leonel Brizola, lideranças trabalhistas exiladas. Entre as militantes do Núcleo havia mulheres que tinham relações familiares com estes políticos e que se colocavam como desafio contribuir para a reintegração deles à vida nacional. Essa reintegração seria conquistada tanto a partir de uma medida governamental, quanto da possibilidade de que Brizola – já que Jango havia falecido – pudesse vir a ser integrado numa estrutura política nova ou renovada. Assim, o empenho em contribuir para que Brizola voltasse ao Brasil e à vida pública dirigia-se ao governo e, ao mesmo tempo, ao MDB. Nos debates na Assembleia Legislativa esta tensão fica mais clara. Isto não significa, no entanto, as mulheres do MFPA gaúcho só se movimentassem em prol da volta de Brizola. Elas participaram com muito empenho de diversas outras campanhas, como uma das entidades participantes do Comitê Brasileiro pela Anistia que funcionou em Porto Alegre. No seio dele, havia uma pluralidade política maior, com as quais as senhoras do MFPA conviveram ao longo de 1978 e 1979.

Fontes

Acervo do Movimento Feminino pela Anistia (reportagens citadas no corpo do texto) - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Entrevista realizada com Carlos de Ré por Carla Simone Rodeghero e por Tatiana Trindade, em Porto Alegre, em 29 de outubro de 2008.

Anais da Assembleia Legislativa Gaúcha – 1979.

Bibliografia

ARAÚJO, Maria Paula. *A utopia fragmentada. Novas esquerdas no Brasil e o mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.

IRIGARAY, Terezinha. *À sombra da revolução: estórias de um cotidiano*. Porto Alegre: Intermédio, p. 111.

MARQUES, Tereza Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2006.

NUNES, Jorge Fischer. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982.

RODEGHERO, Carla Simone, DIENSTMANN, Gabriel & TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul/ RS: Editora da Unisc (no prelo).

ROLLEMBERG, Denise. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vida no Exílio. In: REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo & SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru (SP): Edusc, 2004.

SENTO-SÉ, João Trajano: um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PDT. In: FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 492. Coleção As esquerdas no Brasil, vol. 3, p. 429-450.

SILVA, José Wilson. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola. In: FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 492. Coleção As esquerdas no Brasil, vol. 3, p. 479-502.

VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.